

O Custo da Incerteza

Como a Lei de Direitos Autorais Bloqueia a Inovação em Inteligência Artificial no Brasil

Wesley Renato Costa Pena

Este estudo analisa como a ausência de exceções para Mineração de Texto e Dados (TDM) na Lei de Direitos Autorais brasileira (Lei nº 9.610/98) afeta a competitividade das empresas de Serviços Intensivos em Conhecimento (KIBS), por meio de uma abordagem exploratória que combina diagnóstico do arcabouço regulatório nacional, benchmarking internacional com EUA, União Europeia e China, e cruzamento com indicadores do Global Innovation Index (GII) 2024 e dados de patentes de IA do INPI.

Principais achados:

Paradoxo estrutural:

O Brasil falha em converter esse potencial em ativos tecnológicos, reflexo direto de um ambiente jurídico inadequado para a economia do conhecimento.

Dependência tecnológica:

O país evidencia forte dependência tecnológica agravada pela insegurança jurídica sobre o uso de dados para treinamento de modelos.

Três gargalos regulatórios:

Custos de transação proibitivos pelo licenciamento individual em escala, insegurança jurídica que expõe startups a litígios após investimentos elevados, e barreiras à entrada às KIBS brasileiras frente a concorrentes em regimes autorais mais flexíveis.

Implicações para Políticas Públicas

Sem uma exceção legal para TDM na Lei nº 9.610/98, o Brasil consolida sua posição periférica na cadeia global de valor da IA. Recomenda-se a criação dessa exceção, complementada por um mecanismo de uso flexível e pela coordenação entre o MCTI e o Ministério da Cultura para integrar a política autoral ao Plano Brasileiro de IA 2024–2028.



Acesse [aqui](#) o estudo completo e saiba mais!

